

BOLETIM

INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXIV nº 1339 - 04/04/2016 a 10/04/2016

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

TRIGO

O DESAFIO DE TODOS OS ANOS

Soja

Regras e dicas para
sementes salvas

Meio Ambiente

Pagamento para
quem preservar



CADASTRO AMBIENTAL RURAL

FALTAM

32

DIAS PARA O
TÉRMINO DO PRAZO

www.sistemafaep.org.br

Na semana passada, o desembarque continuou. Quem sobrar para apoiar o governo?

Muitas mudanças serão necessárias para que a administração volte a funcionar com normalidade. Até lá, viveremos entre acusações de um lado e de outro, com muita raiva e pouca ação. Como isso atrapalha o dia a dia de uma nação!

Para o funcionamento normal dos mercados, é fundamental haver previsibilidade – é preciso que as regras sejam conhecidas de todos, e que elas sejam confiáveis. No Brasil de hoje, isso é mercadoria rara. É difícil saber quem manda na Economia, por exemplo, e isso afeta o câmbio, que é uma variável essencial para quem lida com commodities agrícolas. Não se sabe como estarão os custos na próxima safra, nem quanto irá valer o produto que será colhido. Essa é mais uma dificuldade a ser enfrentada pelos produtores de trigo, cujo calvário é tema da reportagem de capa desta semana.

Por essas e outras, quanto mais rápido essas contendas palacianas se resolverem, melhor. Os indivíduos e partidos no poder já deveriam ter percebido o quanto estão atrapalhando a vida nacional.

Boa leitura!

Índice

Suinocultura	03
Soja	04
Artigo - Agrotóxicos	07
Mercado - BNDES	08
Conjuntura	10
Meio Ambiente	13
História - El Dorado	16
Trigo	18
Notas	22
Cartas	23
Consecana	24
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná
Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR
Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP; Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal: Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editor:** Franco Iacomini | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figueira | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da edição 1339: Fernando Santos, Milton Dória, Gilson Abreu, Embrapa, Divulgação e Arquivo FAEP

Três Estados, uma planilha

Sistema FAEP lidera esforço para unificar levantamento de custos de produção no Sul do país



Na quarta-feira, dia 30 de março, representantes de entidades e federações da região Sul participaram de uma reunião na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba, para elaborar uma planilha unificada de custos de produção na suinocultura entre Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A metodologia parte de uma planilha desenvolvida pelo consultor Ademir Francisco Giroto, da FAEP, em parceria com a Embrapa Suínos e Aves. “Com essa ferramenta, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul terão a mesma base para calcular os custos de produção”, explica Giroto.

Durante o encontro, o presidente da Associação Paranaense de Suinocultores do Paraná (APS), Jacir Dariva, observou que os três Estados produtores possuem características em comum no que se refere ao sistema de produção, como os preços de insumos, a mão de obra, a manutenção da atividade, entre outras. “Essa unificação de dados é muito importante e vai beneficiar os suinocultores da região Sul. A metodologia será a mesma nos três Estados e vai auxiliar o produtor quando se trata da gestão da atividade. Ele só vai ter lucro se souber o quanto está gastando”, observou.

Participaram da reunião o presidente da Comissão Técnica de Suinocultura da FAEP, Reny Gerardi de Lima, representantes da Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS), do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Embrapa, e da APS.

Há 10 anos a FAEP vem trabalhando sistematicamente no levantamento de custos de produção nas regiões Oeste, Sudeste e Campos Gerais (Toledo, Pato Branco e Castro). O estudo é realizado duas vezes por ano e tem como base dados técnicos de produção levantados durante painéis com produtores, representantes da agroindústria e fornecedores de insumos. Segundo Giroto, o levantamento também é

baseado em diversos sistemas produtivos: Unidade Produtora de Leitão (UPL), Unidade Produtora de Desmamados (UPD), Unidade Produtora de Terminados (UPT) e Ciclo Completo (CC). “Esse levantamento realizado no Paraná é detalhado e apresenta o maior número de dados de custo de produção. É o mais completo do país”, avaliou Dariva.

A médica-veterinária Ariana Weiss Sera, do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP, destacou que “a unificação dos dados entre os três Estados vai fortalecer a atividade, melhorar a relação entre produtores integrados e a indústria. Com a união das entidades e federações, vamos conseguir ampliar o trabalho em defesa do produtor”.

Esse foi o terceiro encontro de lideranças para tratar o assunto. O próximo passo, de acordo com o consultor da FAEP, será trabalhar nas fórmulas de cálculo de cada item da produção, assim como testar a planilha durante reuniões promovidas pelas associações nos três Estados. Mais tarde, os resultados serão apresentados e discutidos em reuniões com a agroindústria.

Salvação na lavoura

A produção de sementes salvas de qualidade é um desafio porque envolve uma série de etapas e cuidados



A semente é vista pelos produtores como o começo de tudo, a garantia de uma boa produtividade. Sem poder controlar as variáveis climáticas e mercadológicas, o produtor rural garante o bom andamento da lavoura com o emprego de insumos de qualidade e, em primeiro lugar, está a semente.

O agricultor que comprar sementes certificadas, plantar e colher a safra, pode reservar parte do que for colhido para ser utilizado como semente em áreas de sua propriedade ou arrendadas, exclusivamente para a safra seguinte. São as sementes próprias (ou “sementes salvas”). Mas é necessário regularizar essa prática, de preferência antes de efetuar o plantio, assim que estiver em posse das notas fiscais de compra das sementes certificadas.

O artigo nº 115 do Decreto 5.153, de 23/7/2004, que regulamenta a Lei de Sementes e Mudanças, permite que o produtor faça a inscrição prévia da área para produção de sementes para uso próprio até 30 dias após o plantio para as culturas de algodão, arroz, aveia, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale e até 20 dias para feijão. A regularização é feita pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Cuidados ao produzir semente

A produção de semente requer tecnologias de produção que visam assegurar suas altas qualidades física, fisiológica, genética e sanitária em benefício do produtor, assegurando o estabelecimento do estande correto com plantas de alto desempenho que venham contribuir para o aumento de produtividade na lavoura.

A produção de semente de soja de qualidade é um desafio porque envolve uma série de etapas e cuidados. Confira abaixo as principais etapas, conforme a Circular Técnica nº 40, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

1) Seleção do local para produção de sementes

- Altitude do local: região tropical acima de 700 metros;
- Temperatura nas fases de maturação e colheita: média igual ou inferior a 22°;
- Fertilidade da área: elevada, com níveis adequados de Ca e Mg. Deficiências de K e P reduzem a produtividade, a retenção de vagens, aumentam ocorrência de doenças e reduzem a qualidade

fisiológica da semente. Com base nos dados de temperatura e altitude foi elaborado o mapa de aptidão para produção de sementes no Paraná.

2) Épocas de semeadura apropriadas para a produção de semente

- Para a produção de semente de alta qualidade, os melhores períodos de semeadura nas regiões tropicais e subtropicais ocorrem entre meados de novembro a meados de dezembro. As semeaduras após esse período podem resultar em sementes de baixa qualidade devido, principalmente, ao ataque de percevejos sugadores.

3) Aplicação de fungicidas foliares

- Em condições climáticas mais úmidas, o controle de doenças, através de fungicidas foliares, pode resultar na produção de semente de melhor qualidade e em ganhos de produtividade. Os fungicidas, além de proteger as folhas, preservam a integridade das vagens, que por sua vez, proporcionarão mais proteção à semente em seu interior contra as intempéries climáticas.

4) Manejo de plantas daninhas

- Plantas daninhas reduzem a produtividade da soja e aumentam a umidade e a impureza dos grãos colhidos. Aproveite para controlar plantas de buva, capim amargoso e azevém, resistentes ao glifosato, na entressafra e antes da semeadura da soja. Além disso, as colhedoras disseminam plantas daninhas. Mantenha as máquinas limpas após colher em áreas infestadas.

5) Dessecação das lavouras para a semente

- A dessecação da lavoura de soja nos estádios R 6.5 ou R 7

visando a obtenção de semente com melhor qualidade pode ser utilizada, mas deve-se observar os riscos de chuvas entre a dessecação e a colheita, que resultará em infecção secundária das sementes por fungos que comprometem a qualidade fisiológica e sanitária da semente.

- Lavouras com bom manejo fitossanitário evitam a necessidade de dessecação pré-colheita da soja. A dessecação pré-colheita com glifosato reduz a germinação, o vigor e o desenvolvimento das raízes secundárias das plântulas de soja convencional.

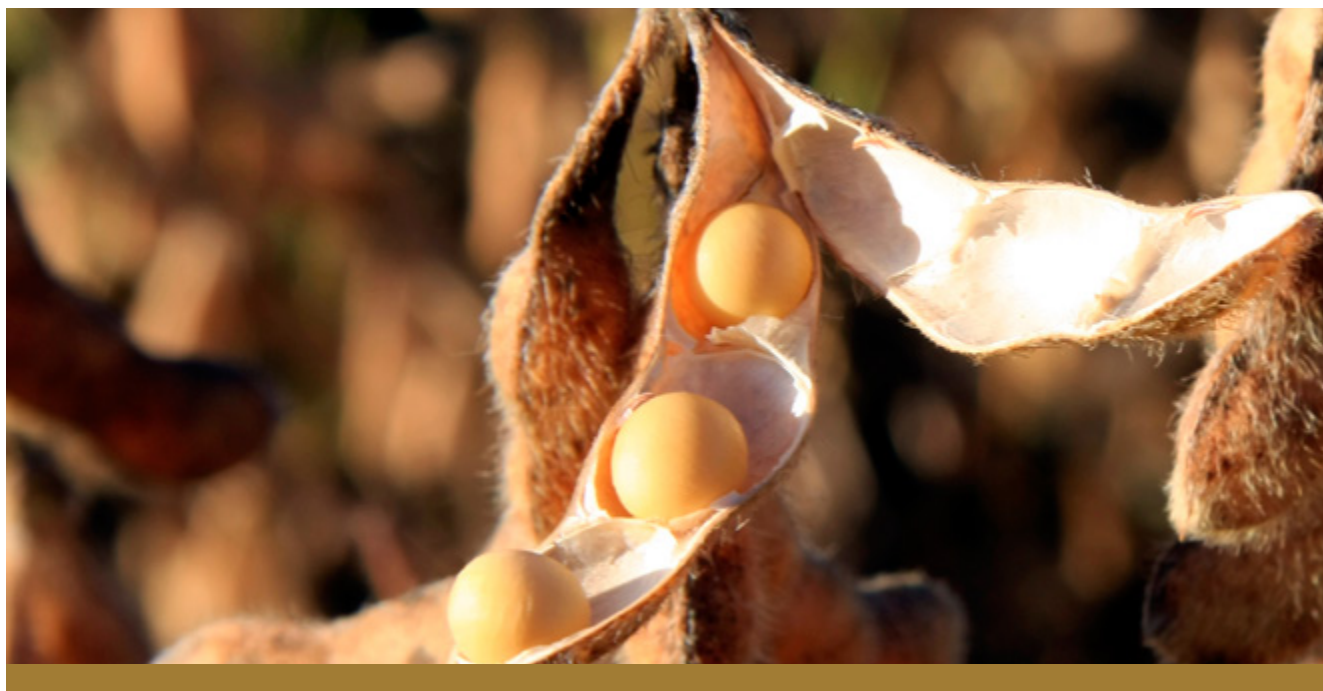
6) Teste de tetrazólio em pré-colheita

- Avaliar a semente através do teste de tetrazólio coletando plantas diariamente a partir de cinco a sete dias antes da colheita. Trilhar as vagens manualmente para evitar dano mecânico. Observar os danos causados por percevejos e pela deterioração por umidade. Campos de semente com vigor acima de 90% são aceitáveis. O percentual de 9% de semente esverdeada em pré-colheita é o limite.

7) Colheita de semente

- A colheita é importante fonte de mistura varietal, se cuidados básicos não forem observados. É imprescindível o isolamento entre campos de produção de semente e a limpeza completa das máquinas colhedoras e carretas transportadoras. Quando ocorre a troca de cultivares é importante efetuar uma limpeza completa em todos os componentes da colhedora.

- Semente esverdeada de soja: plantas imaturas, sujeitas aos estresses bióticos ou abióticos, que resultam em morte prematura ou maturação forçada, poderão produzir sementes esverdeadas, que apresentam baixa qualidade fisiológica.



8) Recepção, secagem e beneficiamento da semente

- Moegas: preferencialmente moegas vibratórias, que são rasas, autolimpantes e reduzem os riscos de exposição dos trabalhadores a gases tóxicos.
- Secagem: semente úmida a espera de secagem requer aeração de 3 a 5 m³ /min/t, por períodos de até dois dias. A temperatura do ar de secagem deve ser ajustada de acordo com o grau de umidade da semente.

Grau de Umidade da Semente (%)	Temperatura da Semente (°C)
18	36
16-18	38
10-16	42

9) Armazenamento

- Condições sugeridas: condições de temperatura e umidade relativa do ar do armazém de sementes menores que 25 °C e 70% UR;
- Grau de Umidade da semente sugerida: especificamente para as condições de armazenamento do Brasil, sugere-se que o conteúdo de água da semente seja mantido nos seguintes níveis: 13,0 % para o Rio

Grande do Sul, Santa Catarina e Centro Sul do Paraná; 11,5 % a 12,0 % para Norte e Oeste do Paraná, Sul do Mato Grosso do Sul e São Paulo; e 11,0 % a 11,5 % para as demais regiões dos Cerrados;

- Condições de armazenamento de longo prazo: temperatura 10 °C a 15°C e umidade 50 % a 60 %;

10) Armazenamento na fazenda

- Armazenar as sementes em galpão bem ventilado, sobre estrados de madeira;
- Não empilhar as sacas de sementes contra as paredes do galpão;
- Não armazenar sementes juntamente com adubo, calcário ou agroquímicos;
- O ambiente de armazenagem deve estar livre de fungos e roedores, assim como dentro do armazém a temperatura não deve ultrapassar 25°C e a umidade relativa não deve ultrapassar 70%; Caso essas condições não sejam possíveis na propriedade, sugere-se que o agricultor somente retire a semente do armazém do seu fornecedor o mais próximo possível da época de semeadura.

“Se todos esses cuidados forem tomados pelo agricultor, sua intenção de reservar sementes próprias para plantio exclusivamente na safra seguinte for comunicada tempestivamente ao MAPA e a condução da lavoura obedecer as boas práticas, o plantio se inicia com boas perspectivas de que a safra termine apresentando os melhores resultados”, diz a engenheira-agrônoma Maria Sílvia C. Digiovani, do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP.

A pirataria não compensa



Atualmente, uma das grandes ameaças à agricultura é a pirataria de sementes. Entende-se por pirataria a comercialização de sementes e mudas sem registro. Caracteriza-se como crime para quem vende e quem usa, infringindo as leis de Proteção de Cultivares e de Sementes e Mudas.

Segundo o gerente-executivo da Fundação Meridional de Apoio à Pesquisa Agropecuária, Ralf Udo Dengler, a produção e o comér-

cio ilegal de grãos como sementes tiveram um aumento significativo nos últimos anos. No caso da soja, o aumento no custo dos eventos biotecnológicos (transgênicos), é um dos fatores que contribuiu para aumentar a pirataria. “É uma tentativa dos agricultores para escapar da cobrança das chamadas tecnológicas”, observa Ralf.

Diante disso, de acordo com ele, há três situações extremamente prejudiciais ao sistema produtivo. A primeira está no fato de que não haverá quaisquer garantias na qualidade física e fisiológica deste grão utilizado como semente. A segunda situação que se apresenta é que a pirataria reduz significativamente a competitividade dos produtores de sementes legalizadas, inclusive fazendo com que muitos se retirem da atividade, como pode ser constatado nos últimos anos no Paraná e no Brasil. “Como essas duas condições estão prevalecendo por um período relativamente longo, ocorre um reflexo direto na capacidade de investimento em pesquisa e no melhoramento genético”, explica.

Segundo Ralf, nesses casos destacam-se as espécies autógamas, como soja e trigo, que dependem fundamentalmente da captação de royalties sobre a propriedade intelectual de cultivares (germoplasma) junto aos produtores de sementes, devidamente licenciados pelos obtentores vegetais e legalizados pelas normas e padrões estabelecidos pelo MAPA.

Coisas do Brasil

Coriolano Xavier

Estava outro dia assistindo tevê e vi uma notícia sobre a presença de residual químico em alguns alimentos. Um assunto recorrente, já visto outras tantas vezes e sem disso evoluir uma solução consistente. Daí comecei a reescrever mentalmente essa história pelo avesso, como se tudo tivesse ocorrido de modo perfeito.

Vamos imaginar: um agricultor observa em sua lavoura a presença de insetos predadores, como as vorazes lagartas, ou então alguma doença nas plantas. Fala então com um agrônomo – da cooperativa, da extensão rural ou seu funcionário – e pede um diagnóstico da situação. Se a infestação for pouca, sem dano econômico ou qualitativo relevante, nada se faz; se for mais séria, o agrônomo vai receitar um tratamento com produto agroquímico específico.

Esse produto, para estar disponível no mercado, deve ter passado por alguns anos de pesquisa, por testes provavelmente abrangentes e, depois, foi registrado e autorizado, a partir de um dossiê toxicológico amplo, como é exigência da autoridade de vigilância sanitária do governo brasileiro.

O agricultor então vai comprar o produto em uma revenda ou cooperativa, com o respectivo receituário, pois assim prescreve a lei que regulamenta o uso de agrotóxicos. Para aplicá-lo, terá que seguir as indicações da receita e ainda ler a bula, verificando todos os cuidados que deve tomar.

Na hora de usar o produto, o agricultor e sua equipe seguem técnicas e regras de manejo estabelecidas pelas escolas de agronomia e pelos manuais de uso dos fabricantes desse tipo de produto. Inclusive, essas pessoas devem utilizar a roupa apropriada ao serviço – o chamado EPI (Equipamentos de Proteção Individual) -- para evitar o risco de exposição durante a aplicação.

Depois disso, o tratamento vai continuar ou não, dependendo do grau de severidade ou reincidência da doença ou infestação. Mas tem um momento em que tudo para: é quando a plantação chega ao período de carência, antes da colheita. Nessa fase, os tratamentos são suspensos para evitar residual nos alimentos, além dos índices definidos como seguros para o homem, pela própria legislação brasileira de vigilância sanitária.

Um detalhe importante em tudo isso: existem leis, regulamentações, práticas de manejo, padrões de controle, procedimentos e protocolos de segurança, para que tudo isso aconteça a contento e dentro da conformidade prevista. Ou seja: para que os alimentos cheguem ao mercado com a qualidade e saudabilidade esperadas.

Por que então isso não acontece às vezes e vemos uma situação como a da notícia da tevê? Onde está o furo? Que elos da corrente foram rompidos, seja por falha, falta de capacitação ou dolo? O interessante é que se o sistema de controle fitossanitário funcionasse de modo integral, aparentemente isso seria o melhor

para os todos envolvidos, do agricultor ao consumidor. Por que então isso nem sempre acontece?

Se as plantas não precisassem de apoio para vingar e sobreviver, claro que seria melhor. Eu mesmo, que preciso de meia dúzia de remédios todo santo dia, bem sei disso. Mas como os ambientes produtivos são hostis e estressantes para os vegetais, ainda não conseguimos escapar disso, pelo menos considerando a escala da produção alimentar exigida hoje em dia.

Opções fora da defesa sanitária das plantações podem valer em tese, mas ainda carecem de viabilidade econômica extensiva. E o poder da ciência ainda não criou novas equações para esse desafio. Portanto, enquanto isso não acontece, temos uma tecnologia de manejo fitossanitário desenvolvida dentro de padrões técnico-científicos consagrados, que viabiliza e chancela a segurança sanitária dos alimentos vindos do campo.

Está tudo no roteiro simulado acima. Ele existe. Já mostrou que funciona e dá resultado, aqui no Brasil e em outros países de agricultura moderna. A prova mais eloquente são os números da produção mundial de alimentos e a evolução nutricional e de saúde das populações. Só que ele precisa funcionar sempre e em todos os lugares. Ou será que também precisamos de uma “lava-jato” nesse assunto?

É preciso trabalhar com dados objetivos e científicos, para saber onde de fato ocorrem problemas. Sem saber exatamente onde se está, não se consegue sair do lugar. É preciso transparência, informação, diagnóstico preciso, correção, controles e até punição se for o caso. As ferramentas existem. Do contrário, às vezes a mesa poderá nos surpreender e virar manchete de noticiário. Infelizmente para todos.



Coriolano Xavier é vice-presidente de comunicação do Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS) e professor do Núcleo de Estudos do Agronegócio da ESPM.

No limite das perdas

Em último caso, agricultores com prejuízos climáticos podem prorrogar as dívidas com o BNDES. Veja como fazer

Por Pedro Loyola, coordenador do Departamento Técnico Econômico DTE/FAEP



A soja foi a cultura mais afetada pelas adversidades climáticas com quebra de produção de 1,25 milhão de toneladas em todo o Estado, segundo levantamento da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná, divulgado no fim de março. Essa quebra de produção de 20.833.333 sacas de soja de 60kg, a um preço médio no Paraná em 30/03 de R\$ 63,92, equivale a um prejuízo para os produtores da ordem de R\$ 1,33 bilhão. Não somente a soja foi prejudicada, as chuvas também as culturas de milho, mandioca, cebola, feijão 1ª safra, olerícolas, frutas, dentre outras.

Porém, muitos produtores atingidos pelos problemas climáticos não têm acesso ao seguro agrícola, pois o governo federal impôs cortes no Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural na safra passada e nesta safra. Além disso, os seguros agrícolas disponíveis no mercado não cobrem todos os custos e a renda do produtor, de tal forma que pode ocorrer um desequilíbrio financeiro, faltando recursos para cobrir integralmente as parcelas de custeio ou investimento.

Uma alternativa disponível aos produtores é a prorrogação das dívidas. Recomenda-se que somente em último caso utilize esse re-

curso, pois há um impacto no limite de crédito no banco, podendo criar restrições do acesso a novos créditos, dependendo do risco da operação e do cliente. Nos investimentos, por exemplo, quando o produtor acessa a renegociação, só pode ter acesso a novo crédito de investimento quando quita a parcela do ano seguinte.

Nas operações de custeio, a prorrogação é prevista no Manual do Crédito Rural (MCR 2-6-9):

“Independentemente de consulta ao Banco Central do Brasil, é devida a prorrogação da dívida, aos mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove incapacidade de pagamento do mutuário, em consequência de: a) dificuldade de comercialização dos produtos; b) frustração de safras, por fatores adversos; c) eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações.”

Caso a somatória da produção com o pagamento de indenizações de Seguro ou Proagro não cubra integralmente a dívida de custeio, recomenda-se que o produtor verifique com antecedência com o agente financeiro a possibilidade de renegociação conforme as regras do MCR.

Para solicitar essa prorrogação o produtor deve encaminhar, com no mínimo de 15 dias de antecedência da parcela, uma carta em duas vias solicitando a prorrogação, guardando para si uma via protocolada e assinada pelo gerente do agente financeiro.

É recomendável entregar com o pedido de prorrogação um laudo assinado em conjunto com o assistente técnico, informando a receita obtida com a produção, seguros ou Proagro, bem como as despesas de custo de produção, comprovando a incapacidade de pagamento para quitar a parcela do crédito rural.

Investimentos do BNDES

O Manual do Crédito Rural também prevê no capítulo sobre Programas com Recursos do BNDES a possibilidade de prorrogação de dívidas. A recomendação ao produtor é a mesma. Somente solicitar com real necessidade. Entrar com a carta de pedido de prorrogação com pelo menos 15 dias de antecedência ao vencimento da parcela.

Abaixo segue a íntegra da regra de prorrogação dos investimentos do BNDES previsto no MCR 13-1-4, **com grifo nosso alertando para fatores importantes que devem ser considerados quando do pedido de renegociação:**

“4 - A instituição financeira, a seu critério e com base nas condições constantes do MCR 2-6-9, nos casos em que ficar comprovada a incapacidade de pagamento do mutuário, pode renegociar as parcelas de operações de crédito de investimento rural contratadas com recursos repassados pelo BNDES e equalizadas pelo TN, sob coordenação do MAPA, com vencimento no ano civil, desde que respeitado o limite de 8% (oito por cento) do valor das parcelas de principal com vencimento no respectivo ano destas operações, na instituição financeira, observadas as seguintes condições:

a) A base de cálculo dos 8% (oito por cento) é o somatório dos valores das parcelas de principal relativas a todos os programas agropecuários de que trata o caput, com vencimento no respectivo ano, apurado em 31 de dezembro do ano anterior;

b) Para efetivar a renegociação, o mutuário deve pagar até a data do vencimento da parcela, no mínimo, o valor correspondente aos encargos financeiros devidos no ano;

c) Até 100% (cem por cento) do valor das parcelas do principal com vencimento no ano pode ser incorporado ao saldo devedor e redistribuído nas parcelas restantes, ou ser prorrogado para até 12 (doze) meses após a data prevista para o vencimento vigente do contrato, mantidas as demais condições pactuadas;

d) Cada operação de crédito somente pode ser beneficiada com até 2 (duas) renegociações de que trata este item;

e) A instituição financeira está autorizada a solicitar garantias adicionais, dentre as usuais do crédito rural, quando da renegociação de que trata este item;



f) A instituição financeira deve atender prioritariamente, com as medidas previstas neste item, os produtores com maior dificuldade em efetuar o pagamento integral das parcelas nos prazos estabelecidos;

g) Os mutuários devem solicitar a renegociação de vencimento da parcela do principal até a data prevista para o respectivo pagamento;

h) O pedido de renegociação do mutuário deve vir acompanhado de informações técnicas que permitam à instituição financeira comprovar o fato gerador da incapacidade de pagamento, sua intensidade e o percentual de redução de renda provocado.

5 - A formalização da renegociação de que trata o item 4 deve ser efetuada pela instituição financeira em até 60 (sessenta) dias após o vencimento da respectiva prestação.

6 - O mutuário que renegociar sua dívida nas condições estabelecidas no item 4 ficará impedido, até que amortize integralmente as prestações previstas para o ano seguinte, parcela do principal acrescida de encargos financeiros, de contratar novo financiamento de investimento rural com recursos equalizados pelo Tesouro Nacional ou com recursos controlados do crédito rural, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).”

A FAEP presta orientações gerais aos produtores e sindicatos sobre renegociações de dívidas. O contato pode ser realizado pelo fone 41-2169-7909 ou pelo e-mail tania.moreira@faep.com.br

Situação das safras

O andamento das principais culturas do Estado, segundo análise do Departamento Técnico Econômico da FAEP



Fernando Aggio

Engenheiro-agrônomo do Departamento Técnico e Econômico (DTE/FAEP)

O Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná (DERAL/SEAB) divulgou o levantamento de estimativas e condições da safra 2015/16 no Estado do Paraná para as culturas de soja, milho, feijão e trigo, com data de levantamento dos dados de 21 de março de 2016.

1. SOJA - Estimativas e condições da cultura no Estado

A safra se encontra com 83% da área colhida no Paraná. Da área a ser colhida 83% encontra-se no estágio de maturação e 17% em frutificação. Quanto as condições das lavouras, 73% estão em boas condições, 25% em médias condições e 2% em condições ruins. Os 17% de soja a ser colhida estão concentrados nas regiões Centro-Sul e Sudeste do Estado.

A área plantada se concretizou em 5.269.410 ha, 3% maior que a safra anterior. A produtividade estimada inicialmente era de 3.436 kg/ha, mas devido a chuvas ocorridas tanto no plantio quanto na colheita, a estimativa ficou em 3.194 kg/ha, 4% menor que

a safra 2014/15. A produção esperada no início da safra era de 18,08 milhões de toneladas, mas deve se concretizar em aproximadamente 16,83 milhões de toneladas, perda de 1,25 milhões de toneladas. A produção esperada no início da safra era 4% maior que a safra anterior, mas devido aos eventos climáticos ocorridos deve ficar 1% menor. A quebra de safra ocorreu devido a baixa produtividade registrada nas lavouras plantadas no final de outubro e início de novembro que sofreram com o excesso de chuvas e baixa luminosidade no mês de novembro.

2. MILHO 1ª safra - Estimativas e condições da cultura

A 1ª safra está com 74% da área colhida e o produto apresenta boa qualidade. O milho que ainda está no campo está com 94% na fase de maturação e 6% em estágio de frutificação. Noventa e cinco por cento das lavouras estão em boas condições e 5% em condições médias. A área total plantada é de 423.890 ha, sendo 22% menor do que a safra do ano anterior. A produção espera-

da é de 3.448.940 t, 26% menor do que a produção anterior. A produtividade esperada é de 8.142 kg/ha, 5% menor do que a safra 2014/2015. No início da safra esperava-se colher aproximadamente 8.500kg/ha, mas a queda de produtividade ocorreu devido ao excesso de chuvas na colheita e baixa luminosidade com chuvas excessivas na fase vegetativa da cultura.

3. MILHO 2ª safra - Estimativas de plantio e condições da cultura

A 2ª safra está com 96% da área plantada. 7% em fase de germinação, 74% em desenvolvimento vegetativo, 17% em floração e 2% no estágio de frutificação. Noventa e cinco por cento das lavouras estão em boas condições e 5% em condições médias.

A área total plantada é de 2.153.483 ha, sendo 12% maior do que a safra do ano anterior e a produção esperada é de 12.638.803 t, 9% maior do que a produção da 2ª safra de 2015. A produtividade esperada é de 5.869 kg/ha, 2% menor que a safra do ano passado. A região Norte do Estado foi atingida por ventos fortes e granizo no dia 23 de março, principalmente na região de Santa Mariana e Cornélio Procópio. Em Santa Mariana, aproximadamente 2.200 hectares foram atingidos. Lavouras atingidas tiveram perdas de 100% e os produtores não tem a intenção de replantar. No Distrito de Maravilha, em Londrina, e em Cianorte também ocorreram perdas nas lavouras de milho. As lavouras que não sofreram danos devido ao vento e granizo apresentam bom desenvolvimento.

Na região Oeste do Estado o milho está apresentando desenvolvimento adequado, sem ocorrência de eventos climáticos negativos, podendo alterar a estimativa de produção caso essas condições se mantenham até o final do ciclo.

4. FEIJÃO 1ª safra – Resultado da safra 2015/16

O Feijão 1ª Safra está com 100% da área colhida e a produção foi de 285.950 toneladas, 12% menor do que a safra anterior. A área de plantio foi de 180.235 ha, 7% menor que a safra anterior. A produtividade esperada inicialmente era de 1.812 kg/ha, mas devido as chuvas na colheita, se concretizou em 1.632 kg/ha, 4% menor do que a safra 2014/15. A qualidade do produto colhido foi variável, sendo que 33% apresentou qualidade média ou ruim.

5. FEIJÃO 2ª safra - Estimativas de plantio e condições da cultura

A 2ª safra de feijão está com 100% da área plantada, 1% co-



lhida e a área total concretizou em 210.816 ha, 1% maior que a da 2ª safra de 2015. Trinta e cinco por cento das lavouras estão em desenvolvimento vegetativo, 42% em estágio de floração, 20% em frutificação e 3% em maturação. A produção estimada é de 410.103 toneladas, 6% maior que a anterior e com rendimento estimado em 6% acima da 2ª safra 14/15 com 1.945kg/ha.

As lavouras apresentam até o momento um desenvolvimento muito bom em todas as regiões produtoras, principalmente nas regiões de Guarapuava, Palmeira e Ponta Grossa. Caso não ocorra nenhum evento climático negativo, as estimativas de produção e produtividade poderão ter um acréscimo.

6. TRIGO – Estimativas de plantio e condições gerais da cultura

A safra de trigo 2016 tem uma área estimada em 1.198.205 ha, sendo 11% menor que a safra 2015. A produção esperada é de 3,6 milhões de toneladas, 10% maior que em 2015 e a produtividade é estimada em 3.005 kg/ha, 23% maior que a da safra passada. O plantio não começou no Estado, mas é previsto o início da semeadura a partir de abril com intensificação no mês de maio nas regiões Norte, Oeste e Sudoeste, e em junho até a primeira dezena de julho na região Centro-Sul e Sudeste, onde se concentra a maior parte das lavouras.

TABELAS COMPARATIVAS SOJA/MILHO/FEIJÃO/TRIGO

SAFRAS 14/15 E 15/16

Estimativa de Área, Produção e Rendimento das Safras 14/15 – 15/16

CULTURAS	ÁREA (mil ha)			PRODUÇÃO (toneladas)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	14/15	15/16	%	14/15	15/16	%	14/15	15/16	%
FEIJÃO 1 ^a	193	180	-7	324.545	285.950	-12	1.698	1.632	-4
FEIJÃO 2 ^a	208	211	1	382.414	410.103	6	1.841	1.945	6
MILHO 1 ^a	542	424	-22	4.653.234	3.448.940	-26	8.607	8.142	-5
MILHO 2 ^a	1.923	2.153	12	11.388.714	12.638.803	9	5.923	5.869	-2
SOJA	5.104	5.269	3	16.949.607	16.830.010	-1	3.321	3.194	-4
TRIGO	1.342	1.198	-11	3.270.538	3.600.164	10	2.445	3.005	23

Fonte: SEAB/DERAL | Elaboração: DTE/FAEP

Preços médios recebidos pelos produtores

PRODUTOS	VALORES (R\$)			
	fev/15	fev/16	Variação	Preço 28/03/2016
SOJA	56,19	68,68	22,22%	63,86
MILHO	20,8	32,43	55,91%	36,25
FEIJÃO DE COR	141,66	189,36	33,67%	186,28
FEIJÃO PRETO	124,51	145,82	17,12%	141,59
TRIGO	30,66	38,96	27,07%	40,32

Fonte: SEAB/DERAL | Elaboração: DTE/FAEP

De vilão a protetor

Projeto piloto começa a remunerar proprietários rurais por prestação serviços ambientais

Por Katia Santos



Os produtores rurais são rotulados como os vilões do meio ambiente, de uma maneira equivocada. No Dia Internacional da Água (22/3) o Paraná deu um passo importante para acabar com esse estigma. O governo do Estado anunciou o primeiro projeto, de iniciativa pública de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) aos proprietários rurais. O PSA reconhece que os produtores rurais preservam e mantêm recursos naturais como nascentes, margens de rio e florestas e devem receber uma compensação financeira por isso.

A definição e a importância dos serviços ecossistêmicos são reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) no documento “A Avaliação Ecosistêmica do Milênio”, publicado em 2005. Essa ferramenta, também disponível no novo Código Florestal e na legislação estadual, permite uma compensação financeira ao proprietário rural que, além manter áreas e recursos naturais em sua propriedade, adota boas práticas de conservação de solo e gestão da área.

“No Paraná o governo estadual criou uma legislação específica

que permite a realização de projetos de PSA pelos municípios e garante, ao Estado, através da Sema a coordenação e monitoramento dos projetos”, explica a coordenadora de Biodiversidade de Florestas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sema), Sueli Ota.

O primeiro projeto de PSA coordenado pela Sema, envolve 107 proprietários rurais e uma área de 884 hectares. Desse total, 589 hectares são de preservação ambiental. A parceria envolve também a prefeitura de Piraquara. “O pagamento pelos serviços ambientais será feito pelo município, que em contribui com 10% do total do volume investido”, informa Sueli. A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) irá repassar ao fundo municipal criado para esse fim R\$ 750 mil que serão divididos em três anos prazo de vigência do contrato, que pode ser renovado.

O PSA pode ser usado em quatro modalidades: Conservação de Recursos Hídricos; Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN); Biodiversidade e Sequestro de Carbono. Em Piraquara,

região de mananciais que abastece boa parte da região de Curitiba, está sendo praticada a modalidade Conservação de Recursos Hídricos. Em julho o governo estadual vai lançar outro edital para a modalidade RPPN em abrangência estadual.

O valor que cada proprietário vai receber será determinado por uma tábua de valoração criada pela iniciativa Oásis, da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza.

O produtor rural Mario Nakai, 62 anos, é um dos habilitados a participar. Com uma propriedade de 2,8 hectares, ele destina meio hectare para preservação de mata nativa. Além de manter a floresta natural, ele produz de forma orgânica e certificada morangos, legumes, verduras e hortaliças em oito estufas com irrigação por gotejamento e ainda mantém dois tanques de peixes (traíra, lambari e carpa-capim), de onde capta a água da chuva para irrigação.

Experiência é que não falta para Nakai, que trabalhou com os pais no cultivo de café bourbon em São Pedro do Ivaí até a geada negra de 1975 dizimar a cultura. De 1989 a 2001, ele foi produtor rural na cidade Tokushima, no Sul do Japão, cultivando cogumelo shiitake em uma estufa climatizada. “A produção era muito boa e lá não falta tecnologia para ajudar o produtor. Aqui as coisas são difíceis”, diz.

Nakai é filho de produtor rural e tem como princípio a preservação da natureza. No local, incrementou a mata natural com o plantio de araucária e palmito e tem mantido a nascente que existe no local. “Sempre questionei o rótulo de que produtor rural não preserva a natureza. Eu faço a minha parte dependemos da natureza para produzir”, afirma.

Além da chácara de Nakai, a prefeitura de Piraquara cadastrou outras 106 propriedades. “A grande maioria é formada por propriedades com fins de preservação ambiental, mas também temos alguns produtores rurais na área da bacia do rio Piraquara”, ressalta Ana Carla Giordani, bióloga da prefeitura de Piraquara.

Além do projeto Piraquara I, o governo do Estado autorizou a licitação para contratação do diagnóstico econômico e socioambiental das bacias dos rios Piraquara, Miringuava (Piraquara e São José dos Pinhais) e São Cristóvão, no município de Castro. Os projetos de PSA poderão beneficiar mais 900 proprietários rurais destas três bacias hidrográficas.

Metodologia Oásis

A metodologia criada pela iniciativa Oásis está fundamentada em uma fórmula de valoração ambiental. Um dos componentes da fórmula é a tábua de valoração da propriedade, que possui como objetivo bonificar as práticas de uso do solo mais adequadas desenvolvidas pelo proprietário. Quanto maior a pontuação e a área natural preservada, mais o proprietário rural recebe pelos serviços ambientais prestados. Atualmente essa metodologia é aplicada em outras regiões do Brasil pela Fundação O Boticário, no município de Brumadinho/MG e Santa Catarina, em duas ações distintas em São Bento do Sul e outra nas regiões de Timbó e Chapecó (Corredores de biodiversidade).



Mario Nakai, produtor rural de Piraquara

Para participar, o proprietário precisa possuir área com vegetação nativa conservada, ter feito o Cadastro Ambiental Rural (CAR), estar com toda a documentação da propriedade regulamentada e não ter nenhum passivo ambiental.

O biólogo e coordenador de Estratégias de Conservação do Grupo Boticário, Guilherme Zaniolo Karam, explica que em Piracarama a tábua de avaliação das propriedades foi dividida em quatro blocos: conservação de vegetação natural, recursos hídricos, produção agrícola e gestão da propriedade.

Em relação à conservação da vegetação natural, é levada em conta a qualidade da vegetação e se o proprietário rural tem excedente de área natural além do que a lei determina (Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente). Quanto maior for a qualidade da cobertura vegetal e maior a área excedente maior será a pontuação na avaliação.

Ainda sobre a conservação das áreas de preservação, o Oásis avalia se há conectividade dessas áreas dentro da propriedade e se esta conexão se estende a áreas de propriedades vizinhas. Se há presença, ou não, de árvores exóticas no meio dessas áreas como, por exemplo, pinus no meio da área natural pontuará menos.

Nesses casos, a engenheira-agrônoma e especialista em meio ambiente do Departamento Técnico e Econômico da FAEP, Carla Beck, orienta o produtor rural a solicitar autorização, junto ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP), o corte dessas espécies exóticas presentes nas áreas de preservação ambiental.

A prefeitura também criou uma legislação municipal para realização do PSA institui o fundo municipal e vai realizar a operacionalização financeira pagando os proprietários rurais.

PSA em Apucarana



Em Apucarana, por iniciativa da Prefeitura, o Projeto Oásis foi implantado no período de 2009 a 2012, com o objetivo de aumentar a captação de água e melhorar a quantidade e a qualidade da água dos rios do município. A região concentra um grande número de nascentes que abastecem três bacias dos rios Pirapó, Tibagi e Ivaí e atendem mais de 400 mil pessoas na região.

Um dos realizadores da iniciativa foi o produtor rural Satio Kayokawa, que na época ocupava o cargo de diretor-superintendente da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. “Criamos uma legislação específica para implantação do projeto e valeu muito a pena. Do total da área das 183 propriedades rurais envolvidas, que corresponde a mais ou menos 850 hectares, 34% hoje é área verde”, comenta.

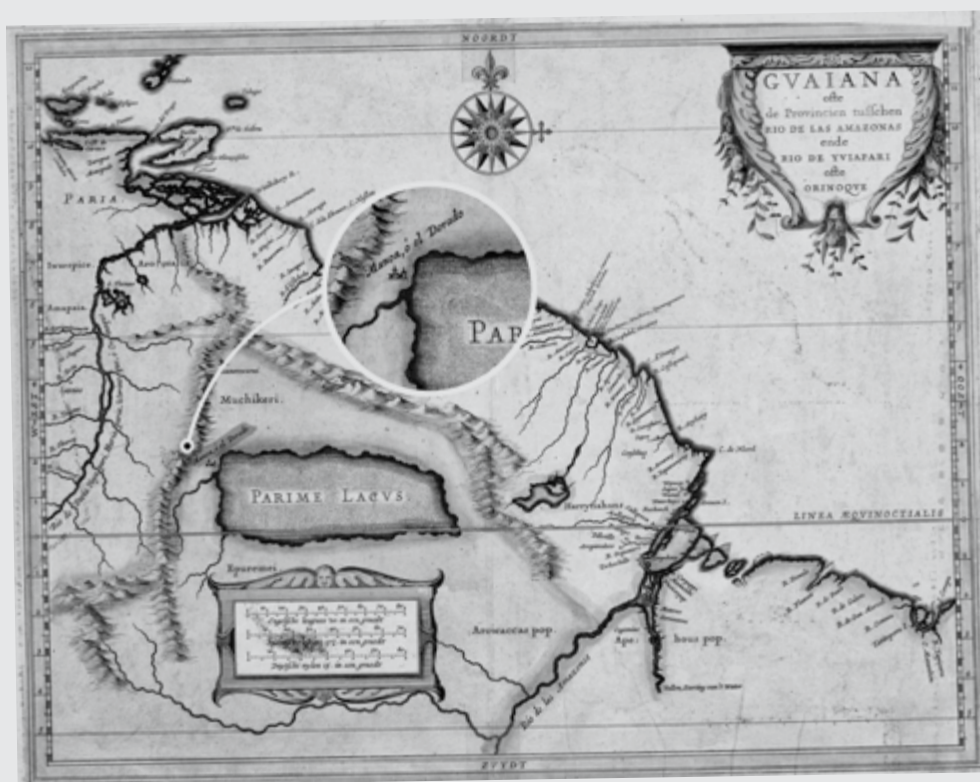
Satio continua produtor rural, com uma propriedade de 35 hectares. Na época, ele encorpou o grupo de produtores que adequou suas áreas à legislação vigente - Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente (Sisleg).

A fonte financeira para o pagamento aos produtores rurais na época era o Fundo Municipal de Meio Ambiente, que era composto por 0,8% da arrecadação municipal da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), principal beneficiária dos serviços ambientais prestados pelos produtores rurais. Em 2011 o caixa recebeu reforço com recursos provenientes do ICMS Ecológico e da Agência Nacional de Águas (ANA).

De acordo com o coordenador do escritório da Emater em Apucarana, Geraldo Ermelindo Maronazi, 90% dos produtores da área das bacias aderiram ao projeto. “Lamentamos que o projeto tenha parado. O retorno das ações de preservação por parte dos produtores foi significativo e contribuíram muito para a melhoria da qualidade da água”, destaca.

Para Maronazi outra mudança significativa com o projeto foi em relação a qualidade do consumo de água pelos produtores rurais. “Com informação e orientação o produtor melhorou a infraestrutura da propriedade em relação a fossas sépticas e utilização da água. Houve uma mudança de consciência e hábito, o que comprova o valor que o produtor dá quando recebe uma informação de qualidade”, diz. O pagamento por serviços ambientais foi suspenso pela atual gestão enquanto o contrato reavaliado pelo departamento jurídico do município.

Em busca do ouro perdido



Durante séculos, os corações e os espíritos dos homens sentiram-se fascinados pelo Eldorado (ou El Dorado), a lendária cidade do ouro, local oculto que esconderia tesouros fabulosos em algum canto perdido da América do Sul. Centenas de exploradores em busca de fortuna viajaram pela selva e pelas montanhas, sem nunca achar nada – e muitos deles morreram nessa busca.

A lenda surgiu e disseminou-se a partir dos soldados espanhóis que, comandados por Francisco Pizarro, embrenharam-se pelo continente no começo do século XVI. À medida que abriam

caminho, ouviam relatos sobre os chibchas, índios adoradores do sol que viviam nos planaltos elevados e frios nas proximidades da cidade de Bogotá, atual capital da Colômbia – hoje, o moderno aeroporto internacional de Bogotá recebe o nome de El Dorado.

Segundo se contava, a tribo tinha o ouro como objeto de veneração, por refletir a imagem do deus-sol. Seus membros, dizia-se, revestiam seus edifícios com folhas do metal precioso. Em 1535, um espanhol chamado Luis Daca contou ter encontrado um índio que mencionou a existência de um lago em uma montanha sagrada, cheio de ouro. E descreveu um chefe todo vestido de ouro, em uma

região chamada Omagua.

Com a divulgação desses primeiros relatos, o Eldorado passou a ser considerado uma cidade de verdade. Antigos mapas do Brasil e das Guianas chegavam mesmo a assinalar sua localização, embora ninguém soubesse com precisão como chegar lá. Ainda no século XVI, banqueiro alemão Bartholomeus Welser enviou diversas expedições à região da Colômbia em busca da localidade perdida. Seus homens chegaram mesmo a torturar índios para deles obterem informações, que sempre se revelaram inúteis.

Mas a lenda da fabulosa cidade parece ter ofuscado os exploradores. Alguns historiadores contemporâneos acreditam que as lendas teriam um fundo de verdade, mas não estariam ligadas a uma cidade de ouro. Em seu lugar, haveria um homem dourado.

El Dorado: uma cidade ou uma pessoa?

Os Chibcha não só adoravam o sol como também o seu chefe, chamado de “zipa”, considerado tão sagrado que nenhum membro da tribo podia lhe dirigir diretamente o olhar. Uma vez por ano, porém, segundo a lenda, este chefe era objeto de um complicado ritual. Mantendo os olhos fechados, os membros da tribo o cobriam com resina, sopravam ouro em pó sobre o seu corpo, revestindo-o completamente – daí viria o nome de “El dorado” (“o dourado”), que lhe era atribuído. Depois carregavam uma jangada com inúmeras imagens de animais e ornamentos de ouro. Esta era conduzida a remos para o meio do lago sagrado, o Guatavita, onde o chefe lançava à água as valiosas oferendas da tribo.

O lago Guatavita existe de verdade. Mas as provas da existência do Homem Dourado mantiveram-se tão vagas quanto as da existência da cidade. Até que, em 1969, dois agricultores que procuravam um cão perdido nos montes, a algumas horas de automóvel de Bogotá, encontraram uma miniatura da jangada, feita de ouro maciço e requintadamente trabalhada, tripulada por oito minúsculos remadores, todos de costas para a figura dourada do seu chefe sagrado.



No entanto, o Guatavita continua se recusando a ceder os seus tesouros dourados. O espanhol Gonzalo Jiménez de Quesada, que conquistou a região em 1537-1538, obrigou 8 mil índios a abrirem uma brecha na margem do lago, para baixar seu nível, na esperança de que riquezas submersas fossem reveladas. Mas as paredes do canal desmoronaram-se e os índios, receando a ira do deus sol, a quem tentavam subtrair o tesouro, interromperam os trabalhos.

Ainda em 1823 e em 1900 se procedeu a mais duas tentativas de drenagem do Guatavita, mas, embora tivessem sido encontradas algumas relíquias, as profundidades do lago, de formas afuniladas, nunca foram sondadas. Em 1965, o governo colombiano declarou o lago como área protegida. Qualquer tentativa de drenar o lago tornou-se ilegal. Se as águas escondem alguma riqueza, é bem provável que elas nunca sejam reveladas.



Em busca da competitividade

Com produtividade baixa, custo de produção alto e clima desfavorável, triticultor brasileiro luta para manter a atividade

Por André Amorim



O produtor de trigo é um guerreiro nato. Sua luta começa já na compra dos insumos, inflacionados pelo dólar. Quando chove muito, luta contra a giberela; quando faz calor, o inimigo é a brusone. Depois de colher a produção a batalha fica mais complicada, pois deve competir com o trigo importado de países mais competitivos. Luta armado apenas com o espírito trabalhador, pois o governo federal não apresenta políticas sólidas de apoio ao setor. Talvez se não fosse pela necessidade técnica de promover a rotação de culturas, o trigo já teria desaparecido das paisagens paranaenses. Produzir trigo no Brasil é como tentar produzir bananas na Ucrânia, uma atividade trabalhosa e arriscada.

Segundo o engenheiro-agrônomo Carlos Hugo Godinho, especialista em trigo do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab), para se manter na atividade, o produtor deve colher acima de 2,8 tone-

ladas por hectare. “Ocorre que nem todas as regiões do Estado conseguem essa média”, observa. “O produtor nunca espera que o trigo sustente o custo da propriedade. Ele ganha com a lavoura de verão, que cobre o seu custo operacional”, explica.

O cereal começa a ser semeado agora no Paraná e segue até julho, de acordo com o zoneamento agroclimático de cada região. A estimativa do Deral é que neste ano o trigo ocupe 1.198.205 hectares, área 11% menor do que a destinada ao cereal em 2015. Naquele ano a produção no Estado foi de 3.270.538 toneladas. Para este ano a estimativa é de 3.600.164, uma salto da ordem de 10%. Com isso, o rendimento por hectare passa de 2.445 quilos, na safra passada, para 3.005 quilos nesta safra, uma alta estimada em 23%.

A redução da área plantada de trigo também é influenciada por questões climáticas. Como o El Niño atrasou a colheita da safra verão, muitos produtores têm que optar se plantarão o milho segunda



safrá ou se vão direto para a cultura de inverno. Como o milho está extremamente valorizado no mercado, muita gente deixará o trigo de lado para apostar nessa cultura.

“O milho é muito mais fácil de produzir e tem menos riscos”, avalia o presidente do Sindicato Rural de Araruna, Estefano Barthechen. Neste ano ele decidiu reduzir para menos da metade a área destinada ao cereal. Em 2015 ele cultivou 240 hectares de trigo, neste ano serão apenas 108 ha. Sua decisão é influenciada pelo resultado ruim da última safra, que resultou em uma média de 45 sacas por hectare. No ano anterior sua produtividade havia sido de 59 sacas por ha. “Choveu muito, aí não produziu”, diz.

Plantando trigo há 42 anos, Estefano afirma que “leva sorte” com a cultura, por isso continua apostando nela. “Nos últimos anos está dando para pagar as contas e sobra um pouquinho”, avalia. A produção do ano passado ele ainda não vendeu, esperando o preço melhorar. Para este ano, seu custo se reduziu bastante, pois está utilizando sementes salvas. “Aí anima um pouco mais, senão fica inviável”, pondera. De acordo com o Deral, as sementes respondem por 6,53% da composição do custo total da cultura. Fertilizantes e agroquímicos são os que pesam mais, 20,8% e 14,44%, respectivamente. Para a safra deste ano, Estefano afirma que vai gastar R\$ 80 mil nestes produtos. “É o que pesa mais, mas tem que fazer, sem

adubação boa não produz bem”, avalia.

Apesar da produtividade estimada no Paraná ser maior este ano em relação ao ano passado, a remuneração não anima. Em fevereiro de 2016, a saca de trigo estava cotada em R\$ 38,96. Ocorre que o total de custos variáveis para a produção desta mesma saca era de R\$ 40,86 no mesmo mês, segundo estimativa do Deral. Em fevereiro do ano passado, o custo para produzir uma saca do cereal era R\$ 34,79 e era cotada para venda por R\$ 30,66.

A variação nos custos de produção de um ano para o outro sofreu o efeito da valorização do dólar, que impactou principalmente os fertilizantes e agroquímicos, mas a disparidade entre o preço para produzir e o preço pago ao produtor é uma novela antiga que se agrava a cada ano que passa.

O mais caro do mundo?

O custo de produção do trigo brasileiro é um dos mais caros do mundo. Quando comparados com grandes produtores mundiais, como Ucrânia, Rússia e Argentina – nosso maior fornecedor, a triticultura brasileira se mostra pouco competitiva, tanto no mercado mundial quanto no mercado doméstico.

De acordo com o pesquisador do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Esalq/USP, Mauro Osaki, a média brasileira de produção é de 2,48 toneladas por hectare. Na Ucrânia, por exemplo, essa média é 5,6 ton/ha, quase o dobro. Pesam a favor do país da Europa Ocidental o bom solo, o clima favorável e a mão de obra barata, porém tem como limitante a tecnologia ultrapassada e o conflito armado que castiga o país desde 2014.

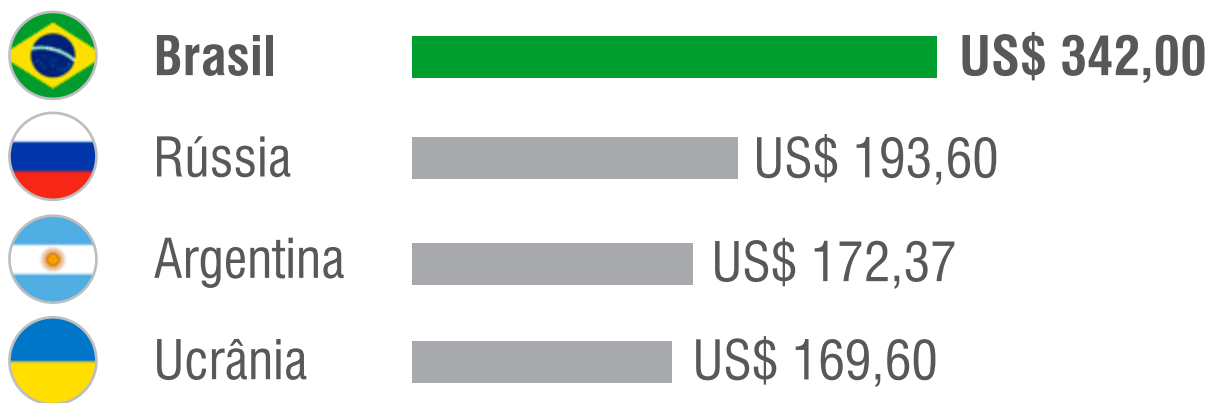
Além de baixa produtividade, o custo de produção no Brasil é alto. Segundo Osaki, entre 2009 e 2013, nosso custo total de produção foi de US\$ 342,00 por tonelada. Para efeito de comparação, o custo de produção de uma tonelada do cereal na Rússia é de US\$

193,60, na Argentina US\$ 172,37 e na Ucrânia US\$ 169,60. “A produtividade é baixa, o custo é alto, o clima não favorece. Nossa única escapatória é investir em tecnologia”, avalia Osaki. “Para chegar ao mesmo nível da Argentina, temos que produzir o dobro e trabalhar com cultivares adaptadas à nossa condição climática”, observa.

Na composição do preço do trigo também pesa a qualidade do grão. De acordo com a “força média de glúten”, atributo representado pela letra W, ele pode ser direcionado para diferentes usos, como ração animal, farinha para panificação, para massas e bolachas, fabricação de cerveja e outras finalidades. O glúten é formado por diversas proteínas encontradas no endosperma do grão.

O ALTO CUSTO DO TRIGO BRASILEIRO

Custo Total de Produção por tonelada de trigo
(média entre 2009-2013)



Fonte: Cepea/Agri Benchmark

Um seguro especial

No dia 21 de março, a Comissão Consultiva dos Agentes Privados do Seguro Rural do Ministério da Agricultura, presidida pela FAEP, se reuniu para debater um projeto experimental de seguro rural de trigo que estabeleça, além de perdas de produção física, cobertura para perdas de qualidade. A Comissão é formada por representantes das cooperativas, produtores, seguradoras e resseguradoras.

Durante o encontro foi mostrada a possibilidade de criar esse seguro utilizando alguns indicadores de perda de qualidade. O próximo passo será um workshop a ser realizado em abril para discutir

com seguradoras, resseguradoras, Susep, Ministério da Agricultura, federações, confederações, associações, peritos, secretarias de Agricultura e cooperativas, qual a formatação, condições gerais e os parâmetros do seguro rural de trigo que seja eficiente do ponto de vista operacional e viável quanto às taxas de prêmio com o apoio do projeto experimental de negociação coletiva do programa de seguro rural coordenado pelo ministério.

Durante a reunião também foram apresentadas as propostas do setor privado para o Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural (PSR). As mesmas sugestões foram apresentadas também à Comissão de Política Agrícola da CNA e aprovadas para encaminhamento ao MAPA no documento sobre as Propostas ao Plano Agrícola de Pecuário 2016/17.

Um trigo pra chamar de nosso



Uma saída vislumbrada para o trigo brasileiro é criar cultivares adaptados às nossas condições de clima e solo. Hoje, o triticulor enfrenta elevado custo de produção e dificuldade na obtenção de variedades de qualidade tecnológica definida, de modo a atender às exigências da indústria.

Foi pensando nisso que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) iniciou, em 2012, o Projeto Melhoramento Genético de Trigo no Brasil. Essa não é a primeira vez que a empresa se

dedica ao aprimoramento das cultivares utilizadas em solo brasileiro, dentre todas as cultivares, de todos os obtentores no Brasil, cerca de dois terços delas foram criadas a partir de germoplasma ou de cultivares desenvolvidas pela Embrapa.

De acordo com o líder do projeto, o pesquisador geneticista Pedro Scheeren, o objetivo é disponibilizar cultivares adequados a todas as regiões tritícolas do país. Desde o Sul, onde está a maior parte da produção nacional do cereal, até o Cerrado, onde a cultura é produzida de forma irrigada e em sequeiro (não irrigado).

Na região que engloba o Sul do Paraná até o Sul do Rio Grande do Sul, busca-se variedades mais resistentes a doenças como a giberela e ao problema da germinação na espiga. Em regiões de clima mais tropical, o desafio é a brusone, doença que vem se tornando um grande problema para os produtores nos últimos anos. O trabalho também busca variedades adaptadas a cada tipo de solo.

O projeto envolve oito unidades da Embrapa em sete Estados. A estratégia é incorporar a resistência de materiais genéticos estrangeiros ao nosso trigo. Para isso, busca-se em bancos genéticos as características desejadas para melhorar as variedades adaptadas a cada região. “Muito do que temos hoje no Norte do Paraná descende dos trigos mexicanos”, afirma Scheeren referindo-se ao Centro Internacional de Melhoramento de Milho e Trigo (Cimmyt), programa mundial de melhoramento genético sediado no México.

Segundo o pesquisador, nos últimos 25 anos a pesquisa genética na área do trigo proporcionou um grande salto em qualidade, proporcionando um cereal adequado ao uso na panificação. As pesquisas que vem sendo desenvolvidas atualmente ainda devem demorar um pouco até chegarem ao produtor “Você faz o cruzamento hoje, só daqui a 12 anos você vai ter a variedade com semente suficiente para atender os produtores”, explica.

Um grão estratégico

A legislação para a produção de trigo e farinha no Brasil já passou por diversas mudanças. O objetivo é sempre o mesmo: garantir o abastecimento para que o pão nosso de cada dia nunca falte nos lares brasileiros. Uma das primeiras tentativas de regular esse setor ocorreu em 1932 com a criação do Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas pelo então presidente Getúlio Vargas. Dentre suas prerrogativas estava fixar preços e níveis de qualidade para a farinha utilizada no país.

Em 1944 o Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas foi substituído pelo Serviço de Expansão do Trigo, que tinha como objetivo criar um programa para expandir a produção de trigo no território nacional. Na esteira dessas transformações, em 1949 o governo federal proibiu a importação de farinhas. Deste modo os

moinhos estavam autorizados somente a importar diretamente o trigo em grão. Em 1951 o governo criou junto ao Ministério das Relações Exteriores a Comissão Consultiva do Trigo, com objetivo de coordenar o abastecimento do mercado.

A partir de 1952 a importação de trigo passou a ser monopólio do governo, ficando a compra do trigo nacional compulsória por parte dos moinhos, que mediante comprovante, recebiam um subsídio de quase 100%. Em 1962, a Portaria nº 820 criou o monopólio governamental das operações com trigo nacional. O governo comprava o cereal e distribuía em cotas para os moinhos, estabelecendo que tipos de farinhas deveriam ser produzidas.

A liberação da comercialização e industrialização do trigo no Brasil ocorreu em 1990, com a aprovação da Lei nº 8.096, que pôs fim ao sistema de cotas de moagem e ao monopólio governamental.

Seminário Embrapa

Acontece em Curitiba de 5 a 7 de outubro o seminário “Erva-mate XXI: modernização no cultivo e diversificação do uso da erva-mate”, promovido pela Embrapa Florestas, Ibramate, Instituto de Florestas do Paraná e Instituto Emater Paraná. O evento vai

reunir toda a cadeia produtiva do setor para discutir inovação e diversificação no uso desta planta nativa que hoje é cultivada por mais de 180 mil produtores rurais. Além de palestrantes brasileiros, o seminário também conta com palestrantes da Argentina e Uruguai. Também serão realizadas sessões de apresentação de trabalhos científicos.



Treinamento

Os produtores rurais de Ponta Grossa ganharam mais um espaço para capacitação. A prefeitura do município, em parceria com o governo do Estado, inaugurou no dia 31/3 o Centro de Treinamento para o Produtor Rural. O auditório tem capacidade para 350 pessoas em uma área construída de 400 metros quadrados, resultado de um investimento de R\$ 824 mil. Para uso do espaço, as entidades voltadas à capacitação e treinamento dos produtores podem fazer agendamento pelo telefone (42) 3901-1686.

Reunião em Apucarana

O Sindicato Rural de Apucarana organizou no dia 28/3 uma reunião com produtores rurais que atuam na cadeia produtiva da pecuária de corte, representantes de 13 prefeituras, que compõem a área de abrangência do Comitê Regional do Plano Integrado de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte do Paraná e escritórios locais da Emater. O objetivo é sensibilizar os municípios para criarem comitês locais voltados à pecuária de corte e revitalizarem os Conselhos de Sanidade Agropecuária (CSA) em suas cidades.

O encontro reuniu 35 participantes, que assistiram a uma palestra com o médico-veterinário e consultor do Sistema FAEP/SENAR, que atua na macrorregião Norte, Cristiano Leite Ribeiro. “É importante que os participantes entendam que o CSA não é mais um órgão fiscalizador, até porque os conselhos são consultivos e não têm a função de fiscalizar. O trabalho do CSA é preventivo e coletivo, envolvendo iniciativa privada (agroindústria e comércio), produtores rurais e o Estado, através da Agência de Defesa Agropecuária (Adapar) e da Secretaria de Estado da

Agricultura do (Emater). Ele antecede a fiscalização”, explica Ribeiro.

Em relação aos comitês municipais de pecuária de corte, o presidente do sindicato rural, Claudomiro Rodrigues da Silva, pretende sensibilizar os produtores da região para aumentar a capilaridade do Plano de Desenvolvimento da Pecuária e a melhorar a participação dos pecuaristas.



ICMS sobre a energia da propriedade rural

O governador Beto Richa assinou na quarta-feira, 30 de março, decreto alterando o regulamento do Imposto sobre Circulação

de Mercadorias e Serviços (ICMS) no que se refere à energia elétrica consumida nas propriedades rurais. A mudança atende a reivindicação do Sistema FAEP, e permite o diferimento no pagamento do imposto pelos produtores, sem a necessidade de instalar medidores separados para a área residencial.



Silvicultura

Sou produtor rural e contribuinte desta Federação há muitos anos (há mais de 35 anos, creio). Despertou-me interesse reportagem publicada no Boletim Informativo 1311, em que é apresentada uma matéria muito significativa e muito bem elaborada sobre silvicultura. Venho solicitar maiores informações sobre a árvore liquidâmbar, citada na reportagem: onde posso encontrar, como adquirir, se há uma fonte segura na aquisição de mudas etc.

Ao parabenizar a qualidade deste Boletim, não somente pela moderna e atraente diagramação, mas, principalmente, pelos relevantes e atualizados temas abordados, que vêm ao encontro do nosso interesse dos associados.

Rosaldo Lenington Nunes Rocha

Curitiba (PR)

Resposta do BI – Obrigado pelo retorno, Rosaldo! Enviamos sua carta para o Departamento Técnico Econômico, que já passou algumas indicações. Esperamos continuar sendo úteis!

Revolta dos colonos

Estudo na escola Assunção de Nossa Senhora, na cidade de Guarapuava. Li a reportagem a respeito da revolta dos colonos (BI 1338) e achei muito interessante. O texto mostra como os colonos se revoltaram depois de anos de sofrimento nas mãos de empresas que tomavam posse das terras que não eram delas e ainda cobravam dos colonos, muitas vezes com crueldade, matando, estuprando, queimando e assassinando as pessoas.

Essa revolta demonstra a indignação de um povo sofrido que lutou para conquistar o direito a um pedaço de terra, mas observo que ainda hoje existe este tipo de conduta de alguns movimentos e pessoas. E por isso parablenizo vocês pela ótima reportagem. Continuem produzindo matérias iguais a essa, pois são muito interessantes.

Sérgio Varela

Guarapuava (PR)

Resposta do BI – Sérgio, pode contar com a gente. Você vai continuar encontrando aqui reportagens sobre os temas mais importantes para a agropecuária paranaense, e também curiosidades, fatos históricos e dicas para o bem-estar das famílias paranaenses.



Correção

Diferentemente do que o Boletim Informativo publicou na edição 1338 (reportagem “O campo na mira dos bandidos”), Claudomiro Rodrigues da Silva é presidente do Sindicato Rural Patronal de Apucarana e 2º tesoureiro do Conseg Rural do município. Já Renato Franciscón é o presidente interino do Conseg rural até a posse da diretoria eleita em julho de 2015, que terá como presidente Luiz Carlos Balam.

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado do Paraná / **CONSECANA-PR**

RESOLUÇÃO 10 - 2015/16

PREÇO DO ATR REALIZADO EM DEZEMBRO DE 2015 - SAFRA 2015/16 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,10%	48,19	0,91%	43,32
AME	52,29%	50,26	47,69%	45,31
EAC - ME	0,39	1.849,88	1,36%	1.575,66
EAC - MI	24,57%	1.891,16	17,76%	1.496,02
EA - of	0,05%	1.951,08	0,05%	1.577,44
EHC - ME	1,45%	1.726,28	0,87%	1.481,61
EHC - MI	20,00%	1.726,28	30,96%	1.312,51
EH - of	0,15%	1.749,60	0,40%	1.329,09
EAC= ME + MI + of	25,01%	1.890,65	19,17%	1.501,88
EHC = ME + MI + of	21,60%	1.738,88	32,23%	1.317,27

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,10%	0,5464	0,91%	0,4912
AME	52,29%	0,5722	47,69%	0,5158
EAC - ME	0,39%	0,6508	1,36%	0,5544
EAC - MI	24,57%	0,6654	17,76%	0,5263
EA - of	0,05%	0,6864	0,05%	0,5550
EHC - ME	1,45%	0,7021	0,87%	0,5440
EHC - MI	20,00%	0,6338	30,96%	0,4819
EH - of	0,15%	0,6424	0,40%	0,4880
Média		0,6095		0,5076
EAC= ME + MI + of	25,01%	0,6652	19,17%	0,5284
EHC = ME + MI + of	21,60%	0,6385	32,23%	0,4837

RESOLUÇÃO 11 - 2015/16

PREÇO DO ATR REALIZADO EM JANEIRO DE 2016 - SAFRA 2015/16 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,19%	48,66	0,93%	43,77
AME	54,35%	45,88	48,12%	45,35
EAC - ME	1,43%	2.595,42	1,37%	1.645,76
EAC - MI	22,56%	1.944,12	18,07%	1.532,66
EA - of	0,05%	1.970,00	0,05%	1.605,69
EHC - ME	0,00%	-	0,81%	1.481,61
EHC - MI	20,26%	1.781,53	30,26%	1.333,09
EH - of	0,16%	1.845,45	0,39%	1.342,94
EAC= ME + MI + of	24,04%	1.983,04	19,49%	1.540,77
EHC = ME + MI + of	20,42%	1.782,03	31,46%	1.337,04

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,19%	0,5517	0,93%	0,4963
AME	54,35%	0,5223	48,12%	0,5163
EAC - ME	1,43%	0,9131	1,37%	0,5790
EAC - MI	22,56%	0,6840	18,07%	0,5392
EA - of	0,05%	0,6931	0,05%	0,5649
EHC - ME	0,00%	-	0,81%	0,5440
EHC - MI	20,26%	0,6541	30,26%	0,4895
EH - of	0,16%	0,6776	0,39%	0,4931
Média		0,5918		0,5131
EAC= ME + MI + of	24,04%	0,6977	19,49%	0,5421
EHC = ME + MI + of	20,42%	0,6543	31,46%	0,4909

RESOLUÇÕES 10,11,12,13 (2015/16) e 01 (2016/17)

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 30 de março de 2016 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam: o preço do ATR realizado em Dezembro/2015(resolução 10), Janeiro/2016(resolução 11) e Fevereiro/16 (resolução 12); a resolução 13 (fechamento da safra 2015/2016) e a resolução número 1 da safra 2016/2017.

RESOLUÇÃO 10 - Continuação

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO ESTADO DO PARANÁ - SAFRA 2015/16 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS
PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mix	Média
AMI	0,78%	43,32
AME	47,76%	46,63
EAC - ME	1,17%	1.575,66
EAC - MI	18,39%	1.543,28
EA - of	0,04%	1.577,44
EHC - ME	0,74%	1.481,61
EHC - MI	30,79%	1.348,23
EH - of	0,35%	1.329,09

PREÇO LÍQUIDO DO
ATR POR PRODUTO

Produtos	Mix	Média
AMI	0,78%	0,4912
AME	47,76%	0,5308
EAC - ME	1,17%	0,5544
EAC - MI	18,39%	0,5430
EA - of	0,04%	0,5550
EHC - ME	0,74%	0,5440
EHC - MI	30,79%	0,4950
EH - of	0,35%	0,4880
Média		0,5220

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA 121,9676Kg ATR R\$/TON

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	57,00	63,67
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	57,00	63,67

A vigorar a partir de 01/01/2016

RESOLUÇÃO 11 - Continuação

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO ESTADO DO PARANÁ - SAFRA 2015/16 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS
PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mix	Média
AMI	0,85%	43,77
AME	47,69%	46,38
EAC - ME	1,25%	1.645,76
EAC - MI	18,30%	1.562,43
EA - of	0,04%	1.605,69
EHC - ME	0,74%	1.481,61
EHC - MI	30,78%	1.363,91
EH - of	0,36%	1.342,94

PREÇO LÍQUIDO DO
ATR POR PRODUTO

Produtos	Mix	Média
AMI	0,85%	0,4963
AME	47,69%	0,5280
EAC - ME	1,25%	0,5790
EAC - MI	18,30%	0,5497
EA - of	0,04%	0,5649
EHC - ME	0,74%	0,5440
EHC - MI	30,78%	0,5008
EH - of	0,36%	0,4931
Média		0,5240

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA 121,9676Kg ATR R\$/TON

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	57,22	63,91
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	57,22	63,91

A vigorar a partir de 01/02/2016

RESOLUÇÃO 12 - 2015/16

PREÇO DO ATR REALIZADO EM FEVEREIRO DE 2016 - SAFRA 2015/16 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,27%	54,86	0,95%	44,80
AME	38,86%	57,57	47,48%	46,04
EAC - ME	0,55%	2.122,42	1,31%	1.659,66
EAC - MI	30,28%	2.050,65	18,92%	1.590,30
EA - of	0,04%	1.992,80	0,05%	1.626,77
EHC - ME	0,00%	-	0,76%	1.481,61
EHC - MI	28,93%	1.884,79	30,17%	1.369,88
EH - of	0,07%	1.901,63	0,37%	1.350,69
EAC= ME + MI + of	30,87%	2.051,86	20,28%	1.594,86
EHC = ME + MI + of	29,01%	1.884,83	31,29%	1.372,35

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,27%	0,6220	0,95%	0,5079
AME	38,86%	0,6554	47,48%	0,5242
EAC - ME	0,55%	0,7467	1,31%	0,5839
EAC - MI	30,28%	0,7215	18,92%	0,5595
EA - of	0,04%	0,7011	0,05%	0,5723
EHC - ME	0,00%	-	0,76%	0,5440
EHC - MI	28,93%	0,6920	30,17%	0,5030
EH - of	0,07%	0,6982	0,37%	0,4959
Média		0,6861		0,5252
EAC = ME + MI + of	30,87%	0,7219	20,28%	0,5611
EHC = ME + MI + of	29,01%	0,6921	31,29%	0,5039

RESOLUÇÃO 13 - 2015/16

PREÇO DO ATR REALIZADO EM MARÇO 2016 - SAFRA 2015/16 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	3,12%	56,75	1,00%	45,66
AME	10,72%	54,75	46,63%	46,09
EAC - ME	0,00%	-	1,28%	1.659,66
EAC - MI	45,29%	2.128,46	19,54%	1.619,25
EA - of	0,00%	-	0,05%	1.626,77
EHC - ME	2,80%	2.058,73	0,80%	1.528,37
EHC - MI	37,97%	1.941,35	30,35%	1.386,47
EH - of	0,09%	2.092,29	0,36%	1.354,78
EAC= ME + MI + of	45,29%	2.128,46	20,86%	1.621,75
EHC = ME + MI + of	40,86%	1.949,72	31,51%	1.389,72

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	3,12%	0,6435	1,00%	0,5178
AME	10,72%	0,6233	46,63%	0,5247
EAC - ME	0,00%	-	1,28%	0,5839
EAC - MI	45,29%	0,7488	19,54%	0,5697
EA - of	2,80%	-	0,80%	0,5723
EHC - ME	2,80%	0,7559	0,80%	0,5612
EHC - MI	37,97%	0,7128	30,35%	0,5091
EH - of	0,09%	0,7682	0,36%	0,4974
Média		0,7186		0,5297
EAC = ME + MI + of	45,29%	0,7488	20,86%	0,5706
EHC = ME + MI + of	40,86%	0,7159	31,51%	0,5103

RESOLUÇÃO 01 - 2016/17

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO ESTADO DO PARANÁ - SAFRA 2016/17 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mix	Média
	AMI	0,00%
AME	51,91%	57,80
EAC - ME	0,00%	-
EAC - MI	18,45%	1.634,24
EA - of	0,00%	-
EHC - ME	0,00%	-
EHC - MI	29,64%	1.443,73
EH - of	0,00%	-
EAC= ME + MI + of	18,45%	1.634,24
EHC = ME + MI + of	29,64%	1.443,73

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mix	Média
	AMI	0,00%
AME	51,91%	0,6581
EAC - ME	0,00%	-
EAC - MI	18,45%	0,5750
EA - of	0,00%	-
EHC - ME	0,00%	-
EHC - MI	29,64%	0,5301
EH - of	0,00%	-
Média		0,6048
EAC = ME + MI + of	18,45%	0,5750
EHC = ME + MI + of	29,64%	0,5301

RESOLUÇÃO 12 - Continuação
PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO ESTADO DO PARANÁ - SAFRA 2015/16 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS PVU (SEM IMPOSTOS)		
Produtos	Mix	Média
AMI	0,92%	44,80
AME	46,85%	46,33
EAC - ME	1,27%	1.659,66
EAC - MI	19,44%	1.606,48
EA - of	0,04%	1.626,77
EHC - ME	0,73%	1.481,61
EHC - MI	30,39%	1.381,06
EH - of	0,35%	1.350,69
Média		0,5292

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO		
Produtos	Mix	Média
AMI	0,92%	0,5079
AME	46,85%	0,5275
EAC - ME	1,27%	0,5839
EAC - MI	19,44%	0,5652
EA - of	0,04%	0,5723
EHC - ME	0,73%	0,5440
EHC - MI	30,39%	0,5071
EH - of	0,35%	0,4959
Média		0,5292

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA 121,9676Kg ATR R\$/TON		
	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	57,79	64,55
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	57,79	64,55

A vigorar a partir de 01/03/2016

RESOLUÇÃO 13 - Continuação
PREÇO FINAL DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO ESTADO DO PARANÁ - SAFRA 2015/16 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS PVU (SEM IMPOSTOS)		
Produtos	Mix	Média
AMI	1,00%	45,66
AME	46,63%	46,09
EAC - ME	1,28%	1.659,66
EAC - MI	19,54%	1.619,25
EA - of	0,05%	1.626,77
EHC - ME	0,80%	1.528,37
EHC - MI	30,35%	1.386,47
EH - of	0,36%	1.354,78
Média		0,5297

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO		
Produtos	Mix	Média
AMI	1,00%	0,5178
AME	46,63%	0,5247
EAC - ME	1,28%	0,5839
EAC - MI	19,54%	0,5697
EA - of	0,05%	0,5723
EHC - ME	0,80%	0,5612
EHC - MI	30,35%	0,5091
EH - of	0,36%	0,4974
Média		0,5297

PREÇO FINAL DA CANA DA CANA BÁSICA - SAFRA 2015/16 121,9676Kg ATR R\$/TON		
	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	57,84	64,61
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	57,84	64,61

RESOLUÇÃO 01 - Continuação

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA 121,9676Kg ATR R\$/TON		
	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	66,04	73,77
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	66,04	73,77

Maringá, 30 de março de 2015

PAULO ROBERTO MISQUEVIS / Presidente

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO / Vice - Presidente

Abatiá**JAA**

O Sindicato Rural de Abatiá organizou mais uma turma do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) – Preparando para Gestão. As aulas começaram dia 7 de março e vão até 17 de julho. Participam 25 alunos do Colégio Estadual Rui Barbosa com a instrutora Lidiane Barbosa Braga. São parceiros do sindicato além da escola a Emater e a Secretaria Municipal da Educação.

Capanema**Panificação**

O Sindicato Rural de Capanema realizou, em parceria com o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e a agroindústria de Pinheiro, nos dias 9 e 10 de março, o curso Produção Artesanal de Alimentos – panificação. Participaram 15 produtoras com a instrutora Claudete Labonde.

Astorga**Doenças da soja**

O Sindicato Rural de Astorga realizou, em parceria com a Faculdade Ingá, o curso Trabalhador no Cultivo de Grãos e Oleaginosas - soja manejo de doenças, nos dias 16 e 23 de janeiro. Participaram 12 alunos do curso de agronomia com o instrutor Éder Arrabal. As aulas práticas aconteceram na fazenda experimental que fica em Astorga.

Cianorte**Corte de cana-de-açúcar**

Nos dias 3 e 4 de março o Sindicato Rural de Cianorte em parceria com a Destilaria Melhoramentos Norte do Paraná organizou duas turmas do curso Trabalhador no Cultivo de Plantas Industriais - corte de cana-de-açúcar. Participaram no total 40 trabalhadores rurais com a instrutora Elizângela Cristina Caparroz.

Campina da Lagoa



Panificação

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou, em parceria com a Secretaria de Agricultura de Altamira do Paraná, o curso Produção Artesanal de Alimentos – panificação, nos dias 14 e 15 de março. Participaram 13 produtoras e trabalhadoras rurais com o instrutor Sérgio Kazuo Kawakami.

São Mateus do Sul



Erva-mate

O Sindicato Rural de São Mateus do Sul realizou, em parceria com a Ervateira São Mateus, nos dias 1 e 2 de março, os cursos Trabalhador no Cultivo de Plantas Industriais - erva mate - Adubação, tratos culturais, e podas, e, Pragas e doenças. Participaram 10 trabalhadores rurais com o instrutor Luiz Carniel.

Ribeirão do Pinhal



Panificação

O Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal realizou, em parceria com a Emater e a Prefeitura, nos dias 3 e 4 de março o curso Produção Artesanal de Alimentos – Panificação. Participaram 12 produtoras com a instrutora Celeste de Oliveira Mello.

Realeza



Colhedoras

Nos dias 2 e 3 de fevereiro o Sindicato Rural de Realeza organizou, em parceria com a Emater, Secretaria da Agricultura e Coopavel, em sua extensão de base em Santa Izabel do Oeste, o curso de Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes - regulagem de colhedoras automotrizes – intermediário. Participaram 15 produtores, que estão inscritos no Concurso de Perdas na Colheita da Soja nas fases municipal e regional.

Baleias japonesas

O único país do mundo que ainda permite a pesca de baleias é o Japão. Desde 1986, todo o resto do mundo entrou em acordo para uma moratória global. O Japão, entretanto, autorizou a captura de 330 baleias mink, sob a justificativa de servir de material para pesquisas científicas. Os japoneses argumentam que a pesca de baleias faz parte da cultura nacional. Arqueólogos demonstraram sinais de consumo de carne de baleia na região desde a pré-história, há 12 mil anos.



Contrastes olímpicos

A abertura dos primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna ocorreu em 6 de abril de 1896, em Atenas, cerca de 1.500 anos depois de a competição ser proibida pelo imperador romano Teodósio. Ao todo, 14 países participaram – um contraste tremendo em relação aos jogos deste ano, que serão disputados no Rio de Janeiro. Espera-se que tomem parte dos jogos do Rio representantes de 206 nações.



Nascido no porto

Diz a lenda que trabalhadores alemães do porto de Hamburgo emigraram para os Estados Unidos no fim do século XIX, levando consigo a receita de um bolo de carne popular em sua terra de origem. Ao se instalarem perto de outro porto, o de Nova York, o prato ficou conhecido como filé de Hamburgo – em inglês, hamburger steak. Nascia assim um dos sanduíches mais populares do mundo.

Haja pipoca...

Os filmes mais longos já feitos não são daquele tipo que você assiste em um cinema, com pipoca e refrigerante. São filmes experimentais, e só foram exibidos em galerias ou mostras especiais. O mais comprido chama-se *Logistics* (“Logística”, em português), e foi feito pelos suecos Erika Magnusson e Daniel Andersson. Sua ideia é mostrar em tempo real todo o ciclo de um produto, da fábrica, na China, até a loja. Duração total: 857 horas (quase 36 dias inteiros).

Dos filmes “normais” de Hollywood, o recorde pertence aos três abaixo:



E o vento levou... (1939)
221 minutos



Hamlet (1996)
242 minutos



Cleópatra (1963)
248 minutos



Amigos

A Rosângela Pereira Leite, de Francisco Alves, mandou essa foto, de uma amizade entre o cavalo e o cachorro. Um belo momento de carinho entre espécies bem diferentes.

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo e-mail: imprensa@faep.com.br

Comida extinta



Se você vai a um supermercado, vai perceber que a quantidade de alimentos à venda é enorme, mas eles são baseados em uma quantidade limitada de ingredientes. Por isso existem diversas iniciativas pelo mundo para preservar ingredientes e processos de produção pouco conhecidos. O projeto da Arca do Sabor, mantido pela fundação italiana Slow Food Foundation, documentou 3 mil alimentos pelo mundo. No Brasil, são 56 itens, que vão do pequi goiano ao mel de bracatinga catarinense, passando pelo pinhão do Paraná. Há ingredientes mais exóticos, como a banana vermelha das Ilhas Maurício, as linguças artesanais do Canadá e chá etíope feito de folhas de café. Já o Ministério da Agricultura do Brasil publicou em 2010 um Manual de Hortaliças Não-Convencionais, com informações mínimas para o cultivo de 23 produtos, entre raízes, frutos, flores e folhas.

Segundas intenções

No século XVIII, os rapazes que pretendiam se casar precisavam dar à família da noiva colheres de madeira esculpidas por eles próprios. Não se sabe muito bem a origem do costume, mas entende-se sua utilidade: além de um ser um belo presente, era a garantia de que os jovens estariam com as mãos ocupadas durante namoro.



Companheirismo ou...

Um homem estava no hospital, em coma, e a sua esposa ficava ao pé do leito dia e noite. Certo dia, o homem acorda. Faz um sinal para a mulher se aproximar e sussurra:

— Querida, durante todos estes anos você esteve ao meu lado. Quando fui demitido, você ficou comigo. Quando a minha empresa falhou, só você ficou lá e me apoiou. Quando perdemos a casa, você ficou perto de mim. Quando o banco veio retomar o carro, também estavas comigo. E desde que fiquei com todos estes problemas de saúde, você nunca me abandonou. Sabe de uma coisa?

Os olhos da mulher encheram-se de lágrimas:

— Diga amor...

— Acho que você me dá azar!

Do paraíso

Ela é tão imponente que está até na bandeira de um país (a Papua-Nova Guiné). Existem 42 espécies de aves-do-paraíso, nativas do Norte da Austrália, Nova Guiné e Indonésia. Seu nome vem da beleza da plumagem, aliada ao fato de o animal viver em florestas isoladas.



Imposto de Renda



Para comemorar o 40º aniversário de casamento, Pedro e Maria embarcam em um voo para a Austrália. De repente, o comandante anuncia pelos alto-falantes:

— Senhoras e senhores, tenho más notícias. Os nossos motores deixaram de funcionar. Estamos buscando um local para tentar uma aterrissagem de emergência. Voltaremos a falar assim que tivermos novas informações.

Seguem-se alguns minutos de angústia. O casal olha pelas janelas e só vê o mar azul, a perder de vista. Onde conseguiriam fazer o pouso de emergência? Mas logo ouvem de novo pelo sistema de alto-falantes:

— Senhoras e senhores, é o seu co-

mandante novamente. Temos agora contato visual com uma ilha que não aparece nos mapas, mas permite condições perfeitas para uma aterrissagem próxima à praia. Preparem-se para os procedimentos de segurança.

O avião sobrevoa a ilha e o piloto consegue fazer um pouso perfeito. Começa então a evacuação da aeronave e, em poucos minutos, todos os passageiros e a tripulação desembarcam na areia, são e salvos. Mas o comandante, preocupado, avisa os passageiros:

— Isto aqui é o fim do mundo e está bem fora da nossa rota. É muito provável

que nós não sejamos resgatados e tenhamos que viver nessa ilha para o resto das nossas vidas!

Nesse instante, Pedro pergunta à mulher:

— Maria, você enviou a declaração do Imposto de Renda antes de viajarmos?

— Ai, querido, me perdoa... Eu esqueci-me completamente!

Pedro, eufórico, agarra a mulher e lhe dá o maior beijo de todos os 40 anos de casamento. Ela não entende nada e pergunta:

— Pedro! Porque isso? Você não vê que estamos perdidos?

— Estamos nada! Graças a você a Receita Federal vai nos encontrar rapidinho!



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br